

Ass. 01  
Folha cm  
Estado de Rondônia

Veto Total nº 97/2021

**ESTADO DE RONDÔNIA**  
Assembléia Legislativa

23 FEV 2021

Protocolo: 98/21  
Processo: 98/21



Governo do Estado de  
**RONDÔNIA**

GOVERNADORIA - CASA CIVIL

**AO EXPEDIENTE**  
Em: 12/01/2021  
Presidente

Recebido, Autua-se e LIDO NA SESSÃO DO DIA  
23 FEV 2021  
Secretário

MENSAGEM Nº 16, DE 11 DE JANEIRO DE 2021.

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Com amparo no artigo 42, § 1º da Constituição do Estado, impõe-me o dever de informar a Vossas Excelências que votei totalmente o Projeto de Lei de iniciativa dessa Ínclita Assembleia Legislativa, o qual "Institui o Programa Segurança no Trânsito nas escolas das redes pública e privada e dá outras providências.", encaminhado a este Executivo por meio da Mensagem nº 319/2020-ALE, de 16 de dezembro de 2020.

Senhores Deputados, o Autógrafo de Lei nº 496, de 16 de dezembro de 2020, em síntese, prevê a instituição do Programa Segurança no Trânsito nas escolas públicas e privadas, o qual tem por finalidade realizar atividades educativas voltadas à prevenção de acidentes de trânsito e orientação sobre comportamento em caso de acidentes. Observando a notoriedade quanto ao objeto apresentado pelo legislador, vejo-me, no entanto, compelido a vetar totalmente a propositura ora discutida.

Inicialmente, cabe pontuar que já existem projetos para tal assunto, a Base Nacional Comum Curricular - BNCC, por meio dos Temas Contemporâneos, contempla aos Anos Finais objetos de aprendizagem que visam formar cidadãos conscientes e que contribuam para um trânsito mais seguro.

Além do mais, constam orientações nas Matrizes Curriculares Unificadas dispostas na Portaria nº 2308/2016-GAB/SEDUC, § 2º do artigo 2º, que na escolha do componente curricular para compor a Parte Diversificada, Anos Finais do Ensino Fundamental e/ou Curso Semestral - EJA 5º ao 8º ano, que a temática Educação para o Trânsito deve ser incluída como Tema Transversal perpassada no componente curricular, não sendo possível criar como componente curricular Educação para o Trânsito.

Importante salientar que, a Secretaria de Estado da Educação - SEDUC, desenvolve em parceria com o Departamento Estadual de Trânsito do Estado de Rondônia - DETRAN/RO, atividades educacionais que visam a Educação para o Trânsito nas escolas da rede pública estadual, conforme dispõe o art. 76 do Código de Trânsito Brasileiro - CTB, o qual dispõe:

"Art. 76. A educação para o trânsito será promovida na pré-escola e nas escolas de 1º, 2º e 3º graus, por meio de planejamento e ações coordenadas entre os órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito e de Educação, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nas respectivas áreas de atuação.

Parágrafo único. Para a finalidade prevista neste artigo, o Ministério da Educação e do Desporto, mediante proposta do CONTRAN e do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, diretamente ou mediante convênio, promoverá:

- I - a adoção, em todos os níveis de ensino, de um currículo interdisciplinar com conteúdo programático sobre segurança de trânsito;
- II - a adoção de conteúdos relativos à educação para o trânsito nas escolas de formação para o magistério e o treinamento de professores e multiplicadores;
- III - a criação de corpos técnicos interprofissionais para levantamento e análise de dados estatísticos relativos ao trânsito;
- IV - a elaboração de planos de redução de acidentes de trânsito junto aos núcleos interdisciplinares universitários de trânsito, com vistas à integração universidades-sociedade na área de trânsito."

Destacamos ainda, que o supramencionado Autógrafo de Lei prevê horário regular para ministração da aula de Educação para o Trânsito, com carga horária a ser definida pelo Poder Executivo, o que configuraria como um componente curricular, e teria que ser inserida na matriz curricular dos anos finais do Ensino Fundamental e/ou Curso Semestral - EJA 5º ao 8º ano. Para que isso fosse possível, seria necessário a contratação

SECRETARIA LEGISLATIVA  
**RECEBIDO.**  
12h55mm  
12 JAN 2021  
Parreira  
Servidor(nome legível)

de professores para assumir esse novo componente curricular, o que confrontaria com o disposto acima e com as determinações constantes na Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus.

Assim sendo, estamos diante de interferência direta na organização pedagógica da SEDUC, tendo em vista que com a aprovação do Projeto de Lei em comento, seria preciso realizar a redução da carga horária dos demais componentes curriculares obrigatórios, para inseri-lo na Matriz Curricular, e essa ação penalizaria o estudante com redução de componentes obrigatórios impostos tanto pela Base Comum Curricular quanto da Parte Diversificada.

Certo de ser honrado com a elevada compreensão de Vossas Excelências e, conseqüentemente à pronta manutenção deste veto total, antecipo sinceros agradecimentos pelo imprescindível apoio, subscrevendo-me com especial estima e consideração.

**JOSÉ ATÍLIO SALAZAR MARTINS**  
Governador em exercício



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ ATÍLIO SALAZAR MARTINS**, Vice-Governador, em 12/01/2021, às 12:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0015614500** e o código CRC **92EAF0FE**.